

Negra, Mulher, Trabalhadora e Rural: ausência nas pesquisas rurais no Brasil

Black, Woman, Worker and Rural: absence in rural research in Brazil

Negra, Mujer, Trabajadora y Rural: ausencia en la investigación rural en Brasil

Renata Rocha Gadelha¹

¹ Pós-doutora em Desenvolvimento Regional (UTFPR), Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável (UNIOESTE), Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6795-1412>. E-mail: regadelha@hotmail.com

Recebido em: 02 abr 2025 - Aceito em: 11 jun 2025

Resumo

As mulheres negras rurais são os sujeitos mais negligenciados, logo, vulnerabilizados, nas políticas públicas do Brasil. Ao mesmo tempo, são portadoras de saberes e práticas imprescindíveis para pensarmos em formas sustentáveis e agroecológicas de coabitar o planeta. O objetivo deste artigo foi identificar a presença de publicações de pesquisas que abordem o tema da mulher negra trabalhadora rural no Brasil, a partir da análise das bases de dados das seguintes revistas: Extensão Rural; Revista de Economia e Sociologia Rural; Revista NERA; Revista Brasileira de Agroecologia e Anais da SOBER. A pesquisa revelou a quase inexistência de artigos publicados que abordem conjuntamente a temática de gênero e de raça nessas revistas da área rural. Isso indica a importância de fomentarmos pesquisas e publicações nessa temática, para que possamos contribuir na construção de políticas públicas voltada para as mulheres negras trabalhadoras rurais do Brasil.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Agroecologia, Extensão rural, Sociologia rural.

Abstract

Black rural women are the most neglected and therefore vulnerable subjects in public policies in Brazil. At the same time, they are bearers of knowledge and practices that are essential for us to think about sustainable, agroecological ways of co-inhabiting the planet. The objective of this article was to identify the presence of research publications that address the theme of black rural women workers in Brazil, based on the analysis of the databases of the following journals: Extensão Rural; Revista de Economia e Sociologia Rural; Revista NERA; Revista Brasileira de Agroecologia and Anais da SOBER. The research revealed the almost non-existence of published articles that address the theme of gender and race together in these journals in the rural area. This indicates the importance of promoting research and publications on this theme, so that we can contribute to the construction of public policies aimed at black rural women workers in Brazil.

Keywords: Intersectionality, Agroecology, Rural extension, Rural sociology.

Resumen

Las mujeres negras rurales son los sujetos más olvidados y, por tanto, vulnerables en las políticas públicas de Brasil. Al mismo tiempo, son portadoras de conocimientos y prácticas esenciales para pensar formas sostenibles y agroecológicas de cohabitar el planeta. El objetivo de este artículo fue identificar la presencia de publicaciones de investigación que abordan el tema de las trabajadoras rurales negras en Brasil, a partir del análisis de las bases de datos de las siguientes revistas: Extensión Rural; Revista de Economía y Sociología Rural; Revista NERA; Revista Brasileña de Agroecología y Anales de SOBER. La investigación reveló la casi inexistencia de artículos publicados que aborden conjuntamente los temas de género y raza en estas revistas del área rural. Esto indica la importancia de promover investigaciones y publicaciones sobre este tema, de modo que podamos contribuir a la construcción de políticas públicas dirigidas a las trabajadoras rurales negras en Brasil.

Palabras-clave: Interseccionalidad, Agroecología, Extensión rural, Sociología rural.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o racismo e o sexismo estruturais de nossas sociedades moderno-coloniais, a realização e publicação de pesquisas científicas possuem raízes racistas e androcêntricas, partindo da perspectiva de homens brancos e, sobretudo, europeus. A construção da Ciência Moderna está baseada na pressuposição de um sujeito neutro, universal e racional que, sendo capaz de seguir métodos rigorosos, imparciais, seria capaz de criar conhecimentos objetivos, ou seja, verdadeiros, uma vez que estariam despidos de toda e qualquer subjetividade. Todavia, o que a Ciência Moderna ocultou, em nome da almejada neutralidade científica, foram os valores e interesses que subjaziam por detrás da construção desses conhecimentos. De forma consciente ou não, por detrás da elaboração das perguntas de pesquisa, da seleção dos problemas considerados relevantes de serem pesquisados, das metodologias, dos sujeitos a serem investigados, a criação das teorias *etc.*, subjaziam valores de uma cultura patriarcal, racista, heteronormativa e eurocentrada (Mignolo, 2006; Castro-Gómez, 2015).

Com o avanço e fortalecimento dos movimentos feministas e movimentos negros no século XX, ocorreu uma pressão para que a história das diferentes ciências fosse revista e reescrita. As feministas questionaram a escrita da história, destacando o apagamento das mulheres nesses estudos e avançaram para o campo das epistemologias feministas, questionando métodos e a epistemologia, em si, da Ciência Moderna, avançando em pesquisas da Biologia, das Ciências Sociais, das Ciências Políticas, da Antropologia, da História, da Arqueologia, dentre outras (Duby; Perrot, 1991; Jackson, 2006; Keller; Longino, 2006; Harding, 2007). Os movimentos negros, igualmente, passaram a questionar a escrita da história e o apagamento das contribuições dos povos negros para diferentes áreas do conhecimento: Filosofia, Matemática, Geometria, Medicina, Engenharias *etc.* (Nogueira, 2014; Monteiro, 2020; Nascimento, 2021).

Na década de 1970, diversas autoras negras começaram a denunciar a invisibilidade das mulheres negras nessas lutas¹. Embora elas estivessem tanto nas lutas feministas, como nas lutas antirracistas, suas especificidades não eram visibilizadas. Essas mulheres

1 Fazendo referência a algumas, além das obras citadas neste trabalho: Ângela Davis (2016), Sueli Carneiro (2023), Patrícia Hill Collins (2021), Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (2023) e Beatriz Nascimento (2021). Essas autoras possuem uma vasta obra com a publicação de diversos textos e livros.

começaram a denunciar a ausência da discussão racial dentro das correntes feministas, assim como, a ausência da discussão de gênero nos movimentos negros. Com isso, a partir da década 1970, temos um importante avanço nas elaborações teóricas que buscam interseccionar raça, gênero e classe (muito antes da origem do próprio conceito de interseccionalidade, em 1989, como iremos abordar mais adiante).

Todavia, uma das dimensões da matriz colonial e da Ciência Moderna, que está na raiz do racismo e sexismo, é a separação e hierarquização entre natureza e cultura, sendo àquela considerada inferior a esta. Nesse sentido, a cultura teria o dever de dominar a natureza, desregrada, desordenada, organizando-a para os fins “superiores” da humanidade. Nessa classificação do cosmos (dividindo natureza e cultura), mulheres, pessoas negras, povos indígenas (e tudo o que fugisse do padrão do homem branco *cis* europeu) eram avaliados como sendo, ontologicamente, mais próximos da natureza, sendo assim, mais emocionais e menos racionais. Logo, esses sujeitos precisavam ser guiados pelos senhores brancos (Romero, 1998). Nessa perspectiva, geograficamente, ocorre também uma divisão hierárquica entre campo e cidade, entre área rural e urbana, compreendendo que a cidade/urbano é o local da racionalidade, do progresso, da cultura, do conhecimento, a partir do qual devem sair as ordens para controlar, organizar e racionalizar a área e a vida rural (Santos, 2004). Ou seja, o rural seria outro marcador a ser considerado nas análises das diferentes formas de exploração, dominação e opressão.

Tendo em vista as especificidades da realidade das mulheres negras, que não podem ser compreendidas apenas a partir da discussão do racismo, de forma geral, nem somente a partir de uma concepção de mulher como categoria universal, destaca-se que tampouco encontraremos elementos específicos das mulheres negras rurais na discussão mais geral dos feminismos negros, sendo necessário o avanço de pesquisas para esse grupo específico de mulheres. Ou seja, a introdução do marcador “rural” cria um novo campo de pesquisas essencial para que possamos compreender as especificidades dessas sujeitas, conhecer a sua realidade e pensar em políticas e ações que atendam efetivamente suas necessidades.

Partindo dessas reflexões, o objetivo desta pesquisa foi investigar a presença de publicações de trabalhos que abordem o tema da mulher negra trabalhadora e rural. Os trabalhos já publicados indicam uma invisibilização para este tema, embora a extrema importância de conhecermos as especificidades dessas mulheres, uma vez que diversos dados sobre diferentes dimensões (econômicas, sociais *etc.*), apresentam as mulheres negras rurais como sendo os sujeitos mais vulneráveis no Brasil. Ao mesmo tempo, estas são portadoras de saberes e práticas imprescindíveis para pensarmos em outras formas de coabitar o planeta e enfrentar as múltiplas crises atuais: civilizacional, ambiental, climática *etc.* (Bringel; Svampa, 2023).

Para a realização desta pesquisa foi feito um recorte de alguns temas relacionados ao rural que envolvem a realidade das mulheres negras para, posteriormente, delimitar as revistas científicas a serem pesquisadas. As áreas de estudo selecionadas foram: sociologia rural, extensão rural, estudos agrários e Agroecologia. Em seguida, foi selecionada uma revista nacional por área, utilizando como critério de seleção a data de criação das revistas (optando pelas mais antigas), e as mais conceituadas no meio acadêmico, nas suas respectivas áreas de estudo. Sendo assim, foram selecionadas as seguintes revistas: Revista Extensão Rural; Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR); Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Revista Brasileira de Agroecologia (RBA). Além disso, foram consultados os Anais de nove Congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).

Somado a isso, foi feita uma revisão bibliográfica em outras bases de dados, buscando identificar mais elementos sobre as pesquisas sobre as mulheres rurais negras e evidenciar a importância de avançarmos nas investigações sobre esse tema. Assim, para compreender o cenário atual das mulheres negras rurais, partimos do referencial teórico dos estudos decoloniais (Quijano, 2000; Muñoz, 2011; Césaire, 2020), do feminismo marxista (Federici, 2017), dos feminismos negros (Davis, 2016; Gonzalez, 2020; Carneiro, 2023; Hooks, 2023), dos estudos raciais (Gomes, 2017; Bento, 2022) e da teoria da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021).

A seguir será explicado o caminho metodológico da pesquisa, os resultados serão apresentados e as discussões divididas nos seguintes itens: efeitos da modernidade-colonialidade na vida das mulheres e pessoas negras; conceito de interseccionalidade; elementos identificados em algumas pesquisas já publicadas sobre a mulher negra trabalhadora e rural; o tema dentro da Agroecologia e algumas discussões sobre como visibilizar as mulheres negras rurais. Por fim, serão tecidas as reflexões finais.

METODOLOGIA

O objetivo deste artigo foi identificar a presença de publicações de pesquisas que abordem o tema da mulher negra trabalhadora rural no Brasil. Não necessariamente realizando uma análise interseccional (Collins; Bilge, 2021), mas apresentando elementos e discussões em torno das realidades vividas por essas mulheres. Para tanto, foram selecionados quatro temas de relevância para a discussão rural: sociologia rural, estudos agrários, extensão rural e Agroecologia. A partir do recorte desses temas, foram selecionadas revistas reconhecidas nacionalmente que publicam pesquisas com essas temáticas: Revista Extensão Rural; Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR); Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Revista Brasileira de Agroecologia (RBA). Além disso, foram consultados os Anais de nove Congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) (de 2013 até 2022, sem dados do Congresso de 2016), que publicam trabalhos completos e não apenas resumos/resumos expandidos.

A escolha dessas revistas se deu por sua atuação histórica nas suas áreas de pesquisa, possuindo reconhecimento nacional e internacional como referências relevantes na publicação de pesquisas para suas áreas de estudo.

Os termos de busca pesquisados foram: mulher, gênero, negro, negra, raça, racial, racismo, quilombo e quilombola. Em relação à questão racial, não foi identificado nenhum artigo a partir, exclusivamente, dos termos: raça, racial, racismo. Os textos referentes a essa temática foram identificados, sobretudo, a partir da palavra-chave “quilombo” e alguns poucos “negro(a)”. Somado a isso, é importante destacar que os

sistemas de busca das revistas são falhos. Para superar esse problema, foi feita a leitura de todos os títulos dos artigos de 3 revistas selecionadas (Quadro 1): Extensão Rural, NERA e RBA, para verificar a presença da temática da discussão de gênero e raça, para além dos resultados da pesquisa no sistema de busca. Isso evidenciou que alguns artigos não estavam sendo captados pelo sistema de busca.

Quadro 1: data de criação das revistas pesquisadas e número de artigos publicados.

Revista	Foco	Data de Criação	Número de artigos publicados até o final de 2024
Extensão Rural	Extensão Rural	1993	381
RESR	Economia e Sociologia Rural	1968	-
NERA	Questão Agrária	1998	717
RBA	Agroecologia	2006	679
Anais SOBER	Economia e Sociologia Rural	1959	6.515

Fonte: elaboração da autora, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou uma quantidade muito baixa de artigos publicados nas revistas pesquisadas que abordam o tema de gênero e o tema racial, conforme é exposto no Quadro 2. Observa-se, em todos os casos, que mesmo com números baixos, há mais publicação de pesquisas com mulheres e/ou que abordem as relações de gênero, do que a publicação de pesquisas que abordem a questão racial no meio rural.

Quadro 2: número de artigos identificados a partir das palavras-chave: mulher, gênero, quilombo, negro(a).

Revista	Número de Artigos*	Mulher/ Gênero	%	Quilombo/ Negro(a)	%
Extensão Rural	381	13	3,4	5	1,3
RESR	-	15	-	3	-
NERA	717	15	2	15	2
RBA	679	15	2,2	7	1
Anais SOBER	6.515	113	1,7	34	0,5
Total		171		64	

Fonte: elaboração da autora, 2025.

* Publicados desde a data de criação da revista até final de dezembro de 2024.

Se a publicação de artigos sobre mulheres e pessoas negras é extremamente baixa nas revistas analisadas, pesquisas que interseccionam os marcadores de classe, raça e gênero são quase inexistentes. As pesquisas com/sobre mulheres rurais não abordam o tema racial, assim como as pesquisas sobre quilombos e comunidades negras na área rural, em geral, não abordam o tema da mulher agricultora/trabalhadora rural negra. Contudo, como culturalmente há uma maior valorização e participação das mulheres nos quilombos, mesmo as pesquisas que não desejam fazer uma análise de gênero, evidenciam o papel proeminente das mulheres nessas comunidades, sendo elas, muitas vezes, as principais porta-vozes da coletividade.

Na Revista Extensão Rural, nenhum dos 13 artigos que abordam o tema da mulher/relações de gênero apresentam, conjuntamente, a questão racial. E das cinco pesquisas sobre quilombos, apenas duas realizaram pesquisas com as mulheres. É importante destacar que são artigos relativamente recentes, publicados em 2019 e 2020.

Na Revista de Economia e Sociologia Rural foi identificado apenas um artigo que apresenta um estudo sobre mulheres agricultoras negras.

Na Revista NERA, os artigos sobre mulheres/relações de gênero não abordam a temática racial. Enquanto que, dos 15 artigos que tratam sobre quilombos e/ou questão racial, quatro mencionam o protagonismo e/ou importância das mulheres negras. Contudo, de forma muito pontual, sem realizar uma análise interseccional. E um artigo discorre sobre a intersecção entre classe, raça e gênero, a partir de uma entrevista realizada com uma autora estadunidense.

A Revista Brasileira de Agroecologia contém dois editoriais recentes (2020, 2021) que destacam a relevância da discussão antirracista e feminista. Contudo, a revista contém apenas um artigo que aborda de forma interseccional as relações de raça e gênero.

Por fim, em relação aos Anais da SOBER analisados, identificamos dois artigos que trabalham com análises que interseccionam raça, gênero e classe. E mais um que traz dados de raça e gênero, mas são analisados separadamente. Esses textos, identificados nos Anais da SOBER, trazem elementos significativos para compreendermos melhor a realidade da mulher rural negra.

Quadro 3: artigos que abordam a mulher negra rural e as revistas nas quais foram publicados.

Revista	Artigos	Abordam
Extensão Rural	1. Enraizamento, circuitos curtos e combate à pobreza rural no semiárido nordestino: uma experiência de desenvolvimento rural no quilombo Tabacaria (Moraes; Magalhães, 2020).	O protagonismo das mulheres negras.
	2. Saber tradicional etnobotânico na comunidade quilombola do Cedro no Sudoeste de Goiás (Silva, 2019).	Os saberes e práticas tradicionais das mulheres negras.
RESR	1. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe (Mota <i>et al.</i> , 2014).	O protagonismo das mulheres negras.
NERA	1. Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos (Coradin; Souza, 2015).	Política Pública que tem contribuído para autonomia financeira das mulheres negras.
	2. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano (Da Silva, 2016).	Os saberes e práticas tradicionais das mulheres negras.
	3. Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes (Santos; Lima; Coelho-de-Souza, 2017).	O protagonismo e saberes e práticas tradicionais das mulheres negras.
	4. Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no quilombo Cafundó – SP – Brasil (Silva; Mendonça, 2020).	O protagonismo das mulheres negras.
	5. Capitalismo racializado e generificado: entrevista com Nancy Fraser (Chaves, 2023).	Discussão sobre intersecção entre gênero, raça e classe.
RBA	1. Para quem é esse lugar? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da Agroecologia (Motta, 2022).	Ausência de mulheres negras nos canais de comunicação virtual da Agroecologia.
Anais da SOBER	1. Mulheres pretas e autonomia econômica: relações de trabalho em uma comunidade quilombola do Espírito Santo (Da Silva <i>et al.</i> , 2022).	Exploração do trabalho da mulher negra.
	2. Índice de desenvolvimento dos domicílios rurais brasileiros (Fonseca <i>et al.</i> , 2018).	Domicílios rurais chefiados por mulheres negras têm o pior índice de desenvolvimento humano e social.
	3. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (Diniz; Clemente, 2020).	As mulheres e os negros são os que têm menos acesso à ATER.

Fonte: elaboração da autora, 2025.

Em busca das raízes do problema

Segundo Muñoz (2021), o nascimento da chamada modernidade ocorreu em 1492, com o colonialismo nas Américas. É nesse momento que o continente europeu começa a construir sua centralidade no mundo. Até então, a Europa possuía um papel periférico nas relações mundiais. É com a invasão das Américas que a Europa constrói um “ego unificado”, outorgando a si mesma uma centralidade mundial. É justamente nesse momento que surge a ideia de raça como meio de classificar e hierarquizar os povos. Além disso, Lugones (2020) destaca como o gênero, assim como a raça, são construções e constituintes do padrão colonial de poder, saber e ser. A autora recorre a pesquisas com povos indígenas e africanos para indicar sistemas de gênero totalmente distintos do que foi imposto pelas relações de gênero patriarcais europeias.

Aprofundando o debate sobre como as relações de gênero são forjadas no contexto europeu e, posteriormente, exportadas mundo à fora com o processo colonial, temos as obras de Silvia Federici. Em *Calibã e a Bruxa* (Federici, 2017), a autora destaca como o controle sobre os corpos das mulheres foi um elemento decisivo para garantir a acumulação primitiva, na formação do capitalismo. A descrição da acumulação primitiva para Federici (2017) inclui: o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; uma nova ordem patriarcal na qual as mulheres são excluídas do trabalho assalariado, ficando subordinadas aos homens; a mecanização dos corpos das mulheres, destinados à produção de novos trabalhadores.

Federici (2017) destaca a relação entre o nascimento e desenvolvimento do capitalismo e a caça às bruxas (que levou à execução de milhares de mulheres na Europa, entre 1500 e 1700). Segundo a autora, a caça às bruxas foi um meio de tentar destruir o controle que as mulheres tinham sobre seus próprios corpos, os conhecimentos que tinham sobre si e sobre a natureza, como um todo, e que lhes garantiam relativa autonomia em suas práticas, conferindo-lhes certos poderes. Além disso, com a instauração da divisão sexual do trabalho, destinava-se às mulheres a exclusividade dos trabalhos reprodutivos, domésticos, como um destino biológico/natural. As mulheres deveriam exercê-los “por amor”, ou seja, não seriam remunerados.

Como já foi amplamente estudado por diversas autoras (Kergoat, 2009; Saffioti, 2013; Federici, 2017) a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade. Primeiramente econômica, pois, ao não serem remuneradas por seus trabalhos, as mulheres não têm acesso a recursos monetários, dependendo sempre dos homens quando necessitam fazer uso dos mesmos; por seus trabalhos não serem remunerados, são vistos como inferiores e são desvalorizados e invisibilizados. Com isso, todos os saberes e conhecimentos associados aos trabalhos das mulheres também são desvalorizados e invisibilizados. A dependência econômica e a desvalorização das mulheres, as deixam vulneráveis a violências físicas, sexuais, psicológicas, morais *etc.*

Contudo, como foi dito, a colonialidade tem como marca fundamental a questão racial. Nesse sentido, não podemos compreender a formação sociocultural e as relações de poder nos territórios colonizados sem investigar a construção da ideia de raça.

La formación de relaciones sociales fundadas en dicha idea [de raça], produjo en América identidades sociales históricamente nuevas: indios, negros y mestizos y redefinió otras (...). Y en la medida en que las relaciones sociales que estaban configurándose eran relaciones de dominación, tales identidades fueron asociadas a las jerarquías, lugares y roles sociales correspondientes, como constitutivas de ellas y, en consecuencia, al patrón de dominación colonial que se imponía. En otros términos, raza e identidad racial fueron establecidas como instrumentos de clasificación social básica de la población (Quijano, 2000, p. 122).

Mesmo após o fim do sistema escravista e da independência dos países, os territórios racializados pelo homem branco europeu, permaneceram como territórios cujas relações geopolíticas mantiveram-se coloniais, assim como, desenvolveram-se diferentes formas de controle da subjetividade, da cultura e da construção dos conhecimentos (Quijano, 2000). “O europeu se auto outorgou a missão civilizadora e subtraiu aos povos ‘colonizados’ sua história, cultura e identidade” (Da Silva, 2011, p. 76).

O racismo no Brasil se reconfigurou de forma a criar estratégias mais potentes de alienação, a partir da construção da ideia de democracia racial. Nas palavras de Lélia Gonzalez (2020), é o racismo disfarçado, racismo por denegação. São construídas narrativas com explicações supostamente racionais para justificar a violência etnicida. Segundo o sociólogo Gylberto Freire, em Casa-Grande e Senzala, livro escrito em 1933,

o brasileiro seria um povo harmonioso, fruto da miscigenação entre brancos, indígenas e negros. Como povo miscigenado, viveríamos em harmonia, sendo o racismo compreendido apenas como um problema individual, fruto da intencionalidade e arbitrariedade de pessoas específicas e isoladas. Sendo assim, negava-se a existência de uma sociedade que reproduzia o racismo em suas estruturas, logo, nenhuma reflexão ou medida era tomada para enfrentar e eliminar o racismo.

Para compreender o funcionamento do racismo no Brasil, Sueli Carneiro (2023) desenvolveu o conceito de “dispositivo de racialidade”, apoiando-se no conceito de dispositivo² criado por Foucault. Os dispositivos estabelecem o padrão de Ser na sociedade (por exemplo, o dispositivo da sexualidade estabelece o corpo burguês como paradigma para a humanidade, ideal de Ser), já o dispositivo de racialidade, cria uma hierarquização entre as pessoas a partir da criação da ideia de raça (as pessoas brancas passam a ser o parâmetro de nobreza, moral, estética, sabedoria, virtudes, enfim, de humanidade). Carneiro (2023, p. 28) destaca como esse padrão de Ser, criado pelos dispositivos, constitui uma “nova unidade em cujo núcleo se aloja uma identidade padronizada e, fora dele, uma exterioridade oposta, mas essencial para a afirmação daquela identidade nuclear”. Em outras palavras, a afirmação do Ser padrão ocorre sempre a partir da negação do Outro: se os brancos são o parâmetro da moral superior, isso precisa ser comparado com outros sujeitos, no caso, as pessoas não-brancas. Sendo assim, a racialidade produz um campo ontológico, epistemológico e de poder que cria modos de subjetivação, saberes e poderes, constituindo um dispositivo de poder.

Para Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade:

Oferece recursos teóricos capazes de aprender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico, (...) “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas” (Carneiro, 2023, p. 28).

2 Discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre esses elementos” (Foucault *apud* Carneiro, 2023, p. 27).

Embora o dispositivo de racialidade seja estruturado no início do período colonial, fixando-se as representações construídas sobre as pessoas negras durante esse período (discursos e práticas), será no período pós-abolição que ele será mais mobilizado. Com o fim do sistema escravista, instaura-se uma nova ordem disciplinar no Brasil: a passagem do trabalho cativo para o trabalho livre. Segundo Carneiro (2023, p. 44), é devido a essa nova ordem econômica-social que o dispositivo de racialidade precisará ser acionado para demarcar o “lugar” das pessoas negras, que é o de assujeitamento: “uma espécie de símbolo ontológico das classes econômica e politicamente subalternas”.

O conceito de dispositivo de racialidade contribui na compreensão da invisibilidade do tema racial em diversas discussões como, por exemplo, as agrárias e fundiárias. No Brasil, a relação entre questão fundiária e questão racial é explícita. A mudança legal no sistema de posse da terra foi realizada quando a população negra ainda era escravizada. Em 1850, foi promulgada a Lei de Terras que definia que o acesso à terra passaria a ser por meio da compra. Nesse período, a população negra não possuía sequer condição de cidadã para poder estabelecer um contrato de compra e venda. E, posteriormente, com o fim do sistema escravista, em 1888, não foi criada nenhuma medida para garantir terra e renda a essas pessoas, que não tinham condições financeiras para adquirir terras. Com isso, inviabilizava-se a formação de um campesinato negro autônomo, forçando os(as) trabalhadores(as) negros(as) a aceitarem as formas de trabalho mais exploradoras como as de morador, meeiro *etc.* (Da Silva, 2011).

Nesse sentido, os quilombos foram os espaços de resistência e possibilidade da formação de comunidades negras rurais autônomas. Contudo, só reconhecidas na Constituição Federal de 1988. Como explica Da Silva (2011):

Os quilombos foram reunião de homens e mulheres que se negaram a viver sob o regime de escravidão e que desenvolviam laços de solidariedade e fraternidade na reconquista de sua dignidade. A ênfase na definição deve então ser posta sobre o binômio resistência e autonomia e não sobre o ato da fuga (Da Silva, 2011, p. 82).

Mesmo a maior parte da população brasileira sendo negra (55,5%) (IBGE, 2022) e a maioria dos agricultores serem negros (52,9%) (IBGE, 2017), por mais que a relação entre questão agrária e racial seja evidente, De Castro *et al.* (2023) afirmam que ainda são insuficientes os elementos teóricos e conceituais para trabalhar o tema racial nos estudos sobre a questão agrária³. Sendo assim, os autores abordam as contribuições do campo de estudos críticos de raça (a partir do conceito de antinegritude), do racismo fundiário e de seletividade racial, buscando avançar nessa lacuna.

Segundo os autores, a antinegritude busca entender a abjeção a que sujeitos negros estão expostos cotidianamente, a partir da perspectiva da modernidade-colonialidade que associa, de forma intransponível, negritude e escravidão, colocando as pessoas negras como não-humanas, logo, não sujeitos de direito. Sendo assim, a violência e a morte são tratadas de forma naturalizadas no cotidiano das pessoas negras. Segundo os autores, isso contribuiria na explicação da demora na titulação dos territórios quilombolas. Já o racismo fundiário é a “relação construída historicamente desde a colonização entre a negação do acesso aos bens ambientais, em especial a terra, e o aniquilamento das formas de existir dos povos negros e indígenas” (De Castro *et al.*, 2023, p. 8). Por fim, o conceito de seletividade racial aborda a dificuldade para a execução de políticas públicas voltadas para as pessoas negras, sobretudo, a democratização da terra, a partir da seletividade estratégica do Estado, como os dados sobre a regularização dos quilombos comprovam.

O primeiro território quilombola titulado foi a terra Quilombola Boa Vista no Pará, em 20 de novembro de 1995. Desde então, mais de 90% das famílias quilombolas aguardam que o governo assegure o direito garantido na Constituição Federal. O processo burocrático é longo e débil e, nesse meio tempo, a população quilombola fica sujeita a inúmeros conflitos violentos (Passos *et al.*, 2018). A população quilombola no Brasil é formada por 7.666 comunidades que habitam 8.441 localidades em 25

3 “As relações raciais deveriam estar no centro de qualquer análise sobre a questão agrária no Brasil. De igual modo, a questão agrária deveria estar no centro de qualquer análise sobre as relações raciais. No entanto, é possível identificar em ambos os campos de investigação e análise os traços do seu distanciamento. Há um certo urbanocentrismo no tratamento teórico dado às relações raciais, da mesma forma em que debates em torno da questão agrária tendem a enfatizar a relação entre capitalismo e ocupação da terra, escamoteando ou secundarizando as tensões raciais existentes na construção da malha fundiária brasileira”. (De Castro *et al.*, 2023, p. 4).

Unidades da Federação. Esse conjunto soma 1,3 milhão de pessoas (Moura, 2024). Contudo, foram identificados apenas 494 Territórios Quilombolas oficialmente delimitados no país, que abrigavam 167.202 quilombolas, ou seja, apenas 12,6% da população quilombola residia em territórios oficialmente reconhecidos. E, apenas 4,3% (62.859) da população quilombola reside em territórios já titulados no processo de regularização fundiária, abrangendo somente 147 Territórios Quilombolas (Gomes, 2023).

A interseccionalidade

Como foi visto, a modernidade-colonialidade impõe uma matriz de formação sociocultural com hierarquias não só de classe, mas de raça e de gênero. O racismo e o sexismo estão na base do desenvolvimento do capitalismo e essa estrutura classe-raça-gênero foi transposta para todas as colônias. Sendo assim, para que possamos compreender melhor as múltiplas violências perpetuadas por esse sistema, é importante nos apoiarmos em instrumentos metodológicos que permitam compreender essas conexões.

As discussões sobre interseccionalidade nos permitem avançar nessas análises e identificar como as mulheres, negras, trabalhadoras e rurais (e poderíamos estender esses marcadores, como nacionalidade, região, idade *etc.*) são as que mais sofrem com esse sistema. Para superarmos essa situação é preciso que compreendamos suas especificidades.

Angela Davis é reconhecida como uma das primeiras autoras a trabalhar com a ideia de interseccionalidade, apesar de não ser ela a criadora desse conceito⁴, nem utilizado o mesmo. Em *Mulheres, Raça e Classe* (Davis, 2016), Davis faz um estudo sobre as mulheres negras evidenciando a ausência da discussão racial nos feminismos, assim como, a ausência da discussão de gênero nos movimentos antirracistas, da década de

4 Kimberlé Williams Crenshaw (2002) é a criadora do conceito de interseccionalidade. Ao pesquisar a ausência de mulheres negras em determinadas empresas, a autora entrevistou seus dirigentes e estes afirmavam que a empresa não era racista, pois, contratava homens negros. E, também, não era machista, pois contratava mulheres. A partir disso, a autora viu a necessidade de desenvolver um conceito que fosse capaz de visibilizar a realidade das mulheres negras, destacando a importância de compreender como os marcadores sociais se interseccionam, intensificando as violências e discriminações conforme a quantidade de marcadores.

1970/80, nos Estados Unidos. Com isso, não havia espaço de discussão para os problemas enfrentados, especificamente, pelas mulheres negras.

Dentre algumas especificidades do feminismo negro, presentes no livro de Davis, destacamos: a preocupação da luta dos povos negros como um todo; as mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho em condições de igualdade com os homens, as mulheres negras sempre tiveram que trabalhar e isto não era visto como um direito mas como uma obrigação/exploração; as mulheres brancas lutavam pelo direito à maternidade voluntária (ou seja, o direito de decidir não ter filhos), as negras lutavam contra a esterilização compulsória que era feita em seus corpos pelo Estado (ou seja, o direito de ter filhos); se as mulheres em geral são sexualizadas, as mulheres negras são hipersexualizadas, sendo avaliadas como promíscuas e provocantes, sendo mais intenso os casos de violência sexual contra as mesmas (Davis, 2016).

Segundo Collins e Bilge (2021):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero (...) são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente (...) é uma forma de entender e explicar. (Collins; Bilge, 2021, p. 15)

Contudo, para essas autoras, a interseccionalidade é mais do que uma ferramenta metodológica, é uma teoria crítica capaz de abordar problemas sociais contemporâneos e apontar as mudanças sociais necessárias para superá-los. Enquanto teoria social crítica, ela encontra-se em um ponto ideal entre a análise crítica e a ação social. Ou seja, a teoria social crítica da interseccionalidade está comprometida com a transformação da realidade. Para tanto, em suas análises, as autoras identificam quatro domínios de poder interconectados que precisam ser investigados nas pesquisas: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal. Em outras palavras, é importante investigar como a conexão entre os diferentes marcadores geram especificidades nas realidades das pessoas nessas quatro dimensões (Collins; Bilge, 2021).

Tendo isso em vista, no próximo item apresentaremos algumas pesquisas que trazem dados sobre as mulheres negras trabalhadoras rurais, evidenciando suas especificidades e a importância de avançarmos nessas discussões.

Mulheres, Negras, Trabalhadoras e Rurais

Carvalho e Rozendo (2023) apontam escassez de pesquisas que abordem as experiências e modos de vida das mulheres negras agricultoras, que levem em consideração o debate racial. Segundo as autoras, a sociologia desconsiderou a população negra do meio rural, a teoria racial crítica não desenvolveu pesquisas sobre o campo e as discussões sobre luta de classes tardaram para considerar a raça e o gênero em suas análises. Com isso, as mulheres negras do campo ficaram ausentes e invisibilizadas nas investigações científicas.

As pesquisas existentes sobre o tema evidenciam a importância de aprofundarmos essas discussões. O texto intitulado “*Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!*” de Castro, Dulci e Carvalho (2023), com 19 comunidades rurais, em 12 municípios do Tocantins, destaca a existência de uma matriz de desigualdades, que incide na vida das mulheres negras, composta pelos marcadores de raça, gênero, geração e pelo fato de viverem na área rural.

“A questão da cor. Do cabelo. Eu sofria muito preconceito onde eu estudava” (Jovem mulher, EFA). Ser rural em espaços escolares ainda carrega a desqualificação e violência de preconceitos e agressões verbais “jocosos” como (...) Os come barro. Os poeirinha, os do mato, os macaco” (Jovem mulher, EFA). Processos de reprodução de um olhar que reforça um rural pobre e desqualificável, em oposição “à cidade”, como registrado em morar bem e morar mal (Castro; Dulci; Carvalho, 2023, p. 7).

Homens ainda são privilegiados na sucessão, gestão e tomada de decisões dos estabelecimentos rurais. As mulheres sofrem mais com os preconceitos raciais e de renda. As mulheres jovens negras rurais, em geral, não participam do planejamento produtivo e seus conhecimentos são desvalorizados (mesmo sendo estudantes de cursos das ciências agrárias). As mulheres mais velhas relatam diferentes violências sofridas e

as dificuldades para poderem participar de atividades políticas. Esse controle dos homens sobre as mulheres se mantém e as pressões pelo casamento ainda são um mecanismo de manutenção da hierarquia masculina nessas comunidades (Castro; Dulci; Carvalho, 2023).

A pesquisa de Diniz e Clemente (2020) destaca que, desde 2004, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), diversas ações e investimentos têm ocorrido para fornecer assistência técnica e extensão rural (ATER) para os(as) agricultores(as) familiares, de forma participativa e a partir de um viés agroecológico. Contudo, o que a pesquisa comprovou, a partir da análise de dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, é a natureza classista, racista, sexista e regionalista da oferta desses serviços. O número de mulheres que deixou de receber serviços de ATER passou de 573.110 para 829.948 mulheres não atendidas. Em relação à cor/raça, os dados só foram compilados no Censo de 2017, não permitindo comparações. Os dados revelam que, de todas as pessoas que foram atendidas por serviços de ATER, apenas 28% eram negras ou pardas. Somado a isso, 89% dos agricultores negros não receberam orientação técnica⁵ (Diniz; Clemente, 2020).

O trabalho de Fonseca *et al.* (2018) mensurou o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) dos domicílios rurais brasileiros (para o ano de 2013). As dimensões de condições de vida analisadas foram: ausência de vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil; condições habitacionais; segurança alimentar. A análise feita sobre os domicílios chefiados por mulheres, em geral, apontou menor índice de desenvolvimento na dimensão do acesso ao conhecimento e ao trabalho; já os domicílios chefiados por pessoas negras, em geral, apresentam os piores indicadores em relação a condições habitacionais e a segurança alimentar. E, quando se intersecciona as análises de gênero e raça, conclui-se que, nos domicílios rurais chefiados por mulheres negras, todos os indicadores apresentam números inferiores, se comparados com os outros grupos de domicílio. Ou seja, os domicílios rurais chefiados por mulheres negras têm o pior Índice de Desenvolvimento

5 Esse trabalho não traz dados específicos sobre as mulheres negras. Ao pesquisar o sistema SIDRA do IBGE, não foi identificada nenhuma tabela que fornecesse esses dados cruzados (gênero e raça), sobre o acesso à ATER.

da Família, encontrando-se em situações de grave de vulnerabilidade (Fonseca *et al.*, 2018).

O estudo de caso de Da Silva, De Melo e Lopes (2022) apresenta as especificidades das explorações e violências sofridas por mulheres rurais negras. Os autores realizaram um estudo nas condições do trabalho rural desenvolvido por mulheres quilombolas em Laranja da Terra – ES. Devido a não demarcação do território quilombola, a terra da comunidade é muito escassa, inviabilizando produção agrícola que possibilite a geração de renda. Somado a isso, os autores destacam a dificuldade que essa população tem em acessar a educação⁶. Com isso, o meio encontrado para conseguir renda são os contratos informais de parceria e meação, feito com proprietários de terra de origem alemã/pomerana.

Os autores apontam que as relações de trabalho de meação investigadas podem ser consideradas como análogas à escravidão, já que ignoram os ideais de dignidade humana ao: não cumprir com a divisão justa do trabalho e da remuneração; não formalizar os contratos de parceria (podendo prejudicar a obtenção da aposentadoria rural, posteriormente, como segurado especial); não garantir as condições de higiene e segurança do trabalho (não são fornecidos equipamentos de proteção individual, acesso à água potável, a ergonomia do trabalho não é respeitada, não há banheiro e local para alimentação no local de trabalho). Todavia, as mulheres dependem desses acordos informais para garantir o sustento de suas famílias, sendo assim, elas afirmam que não há escapatória: se elas denunciam a situação correm o risco de perderem sua fonte de renda, uma vez que esse sistema de trabalho é generalizado na região (Da Silva; De Melo; Lopes, 2022).

O marcador de gênero se destaca nesse contexto, pois, quando as mulheres quilombolas trabalham com seus pais ou maridos nas lavouras de meação, elas não recebem reconhecimento pelos seus esforços e são consideradas meramente como ajudantes dos

6 Aqui acrescentamos que isso não ocorre de forma casual, mas como mais um elemento do dispositivo de racialidade, nas palavras de Sueli Carneiro: “(não) tinha uma escola no meio do caminho”, como uma das dimensões fundamentais do epistemicídio (Carneiro, 2023, p. 105).

homens. Além disso, os trabalhos domésticos são realizados apenas pelas mulheres, tornando sua jornada laboral ainda mais árdua (Da Silva; De Melo; Lopes, 2022).

Em entrevista realizada por Chaves (2023), Nancy Fraser explica que a expropriação que as pessoas racializadas sofrem no processo colonial, do acesso à terra e seus bens naturais, não é apenas uma questão econômica, mas, eminentemente, política:

Dizer que alguém é expropriado — ou expropriável — significa que esse alguém é vulnerável. São pessoas que não têm direitos que possam ser efetivados. Podem ter alguns direitos no papel, mas na realidade não são capazes de colocar esses direitos em prática para se defenderem. Elas não podem apelar aos Estados para protegê-los, elas têm, portanto, um status inferior. (...) existem pessoas que a polícia pode abater impunemente no meio das ruas e nada acontecerá (Chaves, 2023, p.8).

Em outras palavras, é o dispositivo de racialidade atuando (Carneiro, 2023), visto que essas condições de trabalho são generalizadas, mas tratadas com naturalidade, uma vez que se naturalizou não só a exploração mais intensa do trabalho das pessoas negras, mas, sua própria desumanização.

Mulheres Negras Rurais e a Agroecologia

Se por um lado, as mulheres negras rurais são as que mais sofrem com todos os tipos de violências e explorações, por outro, elas possuem práticas e saberes de extrema importância para enfrentarmos a policrise atual (Bringel; Svampa, 2023). Carvalho e Rozendo (2023) destacam como os modos de vida dessas mulheres refletem o que hoje denominam-se “estratégias agroecológicas” e como visibilizar e fortalecer essas experiências contribui para a descolonização de nossas relações socioambientais. Todavia, a Agroecologia também emerge como um campo de disputa, no qual as mulheres racializadas buscam contar suas próprias histórias, partilhar seus saberes e práticas, “rompendo com o silêncio colonial que invisibiliza e apaga a participação das mulheres negras e indígenas da história da agricultura e desvaloriza suas atividades agrícolas” (Carvalho; Rozendo, 2023, p. 9).

“As práticas agroecológicas reconhecidas como exitosas, muitas vezes reproduzem as desigualdades que impossibilitam as mudanças sociais estruturais que a própria

agroecologia preconiza” (Motta, 2023, p. 1). Segundo Motta (2023, p. 2), nas diferentes lutas agroecológicas “somos todas mulheres, mas no uso do poder as mulheres brancas estão e as negras não estão”. A autora explicita que apesar da narrativa de valorização dos povos e comunidades tradicionais, as pessoas que compõem esses grupos e, dentre elas, mulheres negras, não estão nos espaços de elaboração e gerenciamentos das ações agroecológicas e dos recursos.

De mãos dadas com o racismo por denegação (Gonzalez, 2020), temos aqui um exemplo do pacto da branquitude, descrito por Cida Bento (2022):

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (Cida Bento, 2022, p.18).

Ao identificar diferentes contradições na definição e discursos da Agroecologia⁷, Motta (2023) destaca que existem mais intenções do que realidades efetivas do que é hoje a Agroecologia. E como é importante evidenciar isso, para que possamos avançar para o modelo almejado. Nesse sentido, a autora propõe outra definição da Agroecologia que deixa evidente o caráter constante de disputa por uma Agroecologia que, de fato, seja capaz de superar todas as formas de violência.

Agroecologia é um sistema, formado por outros sistemas que possuem entre si uma relação interseccional. Cultura, justiça, religião, ciência, política, economia, meio ambiente, relações sociais (inserindo as afetividades), são alguns dos sistemas que compõem a agroecologia, em um processo sistêmico, não harmônico, hierárquico e conflituoso. A grande utopia da agroecologia é a busca da harmonia e da não hierarquização em todas as intersecções que a compõem. Tais desarmonias são ocasionadas pela permanência das opressões e desigualdades (raça, classe, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, dentre outras) perpetuando a violência dentro do espaço agroecológico. A inserção de princípios como o Bem Viver, Antirracismo,

7 Outro exemplo relevante trazido pela autora é: “Na chamada dimensão prática o discurso agroecológico diz que é preciso existir respeito e valorização dos conhecimentos tradicionais eliminando a hierarquização dos saberes. Mas, na realidade, os saberes acadêmicos científicos ainda se sobrepõem (mesmo dentro do campo da agroecologia), aos saberes gerados pelos territórios, dificultando a existência para além do discurso. Então, tal processo ainda é uma proposta não materializada” (Motta, 2023, p. 8).

Feminismos, reparação e ressignificação histórica, luta contra a LGBTfobia são estratégias contra hegemônicas, decoloniais que buscam a plena harmonia e desmontam os processos opressões e violência de concentração de poder. É só a partir de tais caminhos que a utopia agroecologia se materializará como realidade cotidiana na vida de todas, todos e todes (Motta, 2023, p.14).

Visibilizando as Mulheres Negras Rurais

Pires (2021) apresenta elementos para compor epistemologias de pesquisa com mulheres quilombolas comprometidas na transformação da realidade, valorizando a experiência do ser, saber e fazer dessas mulheres. Fazendo referência a Rita Segato (2006), a autora afirma como a ação colonizadora dilacerou e dilacera o “tecido comunitário”, com sua promessa de progresso, introduzindo o individualismo. As práticas e saberes das mulheres quilombolas caminham na direção contrária, em um esforço constante de construir e reconstruir comunidade.

Para que possamos visibilizar e valorizar os saberes dessas mulheres é preciso deixar que elas definam suas realidades a partir de seus próprios termos (Pires, 2021). Nesse sentido, seria uma forma de superar o processo de infantilização dos sujeitos, conforme exposto por Lélia Gonzalez (2020), como uma das características do sexismo e racismo, que nega a esses sujeitos sua humanidade, o direito de ser sujeito do próprio discurso e da própria história.

Tendo isso em vista, a proposta de Conceição Evaristo (2017), de trabalhar com “escrevivências”, destaca-se como um meio interessante para avançarmos na visibilização e valorização das experiências das mulheres negras rurais, criando caminhos para que elas possam contar suas próprias histórias, a partir de suas próprias experiências, sentidos, saberes, práticas *etc.* Escrevivência é a forma que Evaristo desenvolveu de escrita para visibilizar as histórias da população negra, sobretudo das mulheres negras. Ao escrever uma história particular, ela conta uma experiência histórica coletiva, com isso, preenche uma lacuna da ausência da história e de experiências dos povos negros, assim como, dá voz às mulheres negras. A importância da escrevivência é a de que são as próprias mulheres negras escrevendo suas histórias, se auto definindo.

Santos e Piacentini (2024), desenvolveram essa ideia elaborando oficinas de escrevivência com estudantes do ensino fundamental em escolas públicas, obtendo resultados muito ricos no desenvolvimento da consciência e autoestima das(os) estudantes. A metodologia das escrevivências pode ser uma proposta frutífera para, por exemplo, processos de auto-recuperação descritos por bell hooks (2023).

E, nesse processo de auto-recuperação e autoafirmação, enquanto sujeitos de seus discursos e histórias, as mulheres negras rurais utilizam a raça e o gênero como elementos de contestação política e proposição de outras relações humanas e ambientais. Contribuindo para o fortalecimento dos movimentos negros e de mulheres como movimentos educadores da sociedade. Nilma Lino Gomes (2017), em seu livro *Movimento Negro Educador*, evidencia como a raça vira um elemento de contestação política. Nesse sentido, se raça, gênero, classe e rural, antes eram vistos apenas como forma de exploração, opressão e dominação, agora, se tornam instrumentos na ação política e na transformação, rumo a uma sociedade e mundo melhores, não só para as mulheres negras trabalhadoras e rurais, mas para a humanidade toda.

CONCLUSÕES

Como foi visto, os resultados da pesquisa comprovam o que a literatura existente sobre o tema já afirma: a quase inexistência de publicações de pesquisa com a temática da mulher negra rural, evidenciando as diferentes formas de racismo ainda presentes em nossa sociedade, em todos os âmbitos, com efeitos mais perversos para as mulheres rurais. Contudo, as publicações existentes são fonte de inspiração e nos apontam elementos para avançarmos na superação dessa dimensão do racismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.a Josiane Carine Wedig que oferta a disciplina “Gênero, etnicidade e territorialidades”, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da UTFPR, e a todas e todos as/os colegas da turma de 2024. Este artigo é fruto da participação e diálogos nessa disciplina e

revela a importância de que mais disciplinas como esta sejam ofertadas, motivando pesquisas nessa área.

Copyright (©) 2025 - Renata Rocha Gadelha¹

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. **Do “Consenso das Commodities” ao “Consenso da Descarbonização”**. 2023. Disponível em: https://editoraelefante.com.br/do-consenso-das-commodities-ao-consenso-da-descarbonizacao/?srsltid=AfmBOopAq1gK2MHfGi5dfNEFT_K_mVMdhbC5bccydBpNorzQuuw5UBBo. Acesso em: 30 jan. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.
- CARVALHO, Murilo; ROZENDO, Cimone. Mulheres negras agricultoras: um debate incipiente. **Anais do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais**: Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo. 27 a 31 de agosto de 2023, UFSCar, São Carlos-SP.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; DULCI, Luiza Borges; CARVALHO, Joyce Gomes de. ‘Sou preta, pobre e bicho do mato. É muita coisa pra uma pessoa só!’: violências, resistências e formas de luta das jovens mulheres na Região do Bico do Papagaio – TO, Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331111, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st06.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Descolonizar la universidad. La hibridus del punto cero y el diálogo de saberes. In: _____ (comp.) **Des/decolonizar la universidad**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo (El desprendimento/Walter Mignolo), 2015, p. 79-91.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CHAVES, Kena Azevedo. Capitalismo racializado e generificado: entrevista com Nancy Fraser. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, 2023, p. 4-14.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. **Revista NERA**, v. 18, n. 26, p. 122-146, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**. v. 0, n. 0, p. 171-188, 2002.
- DA SILVA, Simone Rezende. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista NERA**, v. 14, n. 19, 2011, p. 73-89.
- DA SILVA, Alessandra Maria; DE MELO, Marcelino Silva; LOPES, Laura Vescovi. Mulheres pretas e autonomia econômica: relações de trabalho em uma comunidade quilombola do Espírito Santo, Brasil.

60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. 08 a 11 de Agosto de 2022, Natal – RN.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CASTRO, Camila Penna *et al.* Racismo Fundiário, seletividade racial e antinegitude. **Anais do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais.** Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo. 27 a 31 de agosto de 2023, UFSCar, São Carlos-SP.

DINIZ, Raphael Fernando; CLEMENTE, Evandro Cesar. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **58º Congresso SOBER.** 09 a 13 de agosto de 2020, Foz do Iguaçu, PR.

DUBY, G; PERROT, M. (org.) **História das Mulheres no Ocidente.** Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FONSECA, Ascânio Vasconcelos *et al.* **Índice de desenvolvimento dos domicílios rurais brasileiros.** 56º Congresso SOBER, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Global Editora, 2015.

GOMES, Irene. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios.** IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**, v.1, n.1, p.163-168, 2007.

HOOKS, bell. **Irmãs do iname:** mulheres negras e autorrecuperação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.

JACKSON, Cecile. Feminism spoken here: epistemologies for interdisciplinary development research. **Development and Change**, v. 37, n. 3, p. 525–547, 2006.

KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen (ed.). **Feminism & Science.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ciência: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2006, p. 667-707.

MONTEIRO, Ivan Luiz. **Introdução ao pensamento filosófico africano**. Curitiba: InterSaber, 2020.

MORAIS, João Rafael Gomes; MAGALHÃES, Luiz Fernando Barbosa Gomes. Enraizamento, circuitos curtos e combate à pobreza rural no semiárido nordestino: uma experiência de desenvolvimento rural no quilombo Tabacaria. **Extensão Rural**, v.27, n.3, p. 20-39, 2020.

MOTA, Dalva Maria *et al.* As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **RESR**, v. 52, n. 3, p. 450-469, 2014.

MOTTA, Vivian Delfino. Para quem é esse lugar? Problemática sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17, n. 3, p. 222-241, 2022. ISSN: 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v17i3.2022>.

MOTTA, Vivian Delfino; MENEZES, Maria Ap. Enquanto houver racismo, não haverá agroecologia. **Anais do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo. 27 a 31 de agosto de 2023, UFSCar, São Carlos-SP.

MOURA, Bruno de Freitas. **Brasil tem 7,6 mil comunidades quilombolas, mostra Censo**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2024. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/brasil-tem-76-mil-comunidades-quilombolas-mostra-censo#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20quilombola%20no%20pa%C3%ADs,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/brasil-tem-76-mil-comunidades-quilombolas-mostra-censo#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20quilombola%20no%20pa%C3%ADs,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em: 29 jan. 2025.

MUÑOZ, Karina Ochoa. **Feminismos descoloniales latinoamericanos para principiantes**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro, Pallas, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva *et al.* Terra, Estado e Comunidades Remanescentes Quilombolas: as heranças da senzala no século XXI. **Anais SOBER, 2018**.

PIRES, Liliana Mari Lino. Contribuições epistemológicas para visibilizar o ser, saber e fazer da mulher quilombola como r-existência. **Anais do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais: Desenvolvimento, Financeirização e Mercantilização da Natureza**. 4 a 8 de outubro de 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ROMERO, Maria Xosé Agra (org.). **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio; PIACENTINI, Eliane. Oficina de Escrevivências com estudantes do 5º ano – Ensino Fundamental 1: um relato de experiência. **2º Seminário Regional do Direito da Criança e do Adolescente**, 28 e 29 de agosto de 2024.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes. **Revista NERA**, v. 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEGATO, Rita Laura. Que és um Feminicídio. Notas para um Debate Emergente. Série Antropológica (401) Brasília, 2006.

SILVA, Jesiel Souza. Saber tradicional etnobotânico na comunidade quilombola do Cedro no Sudoeste de Goiás. **Extensão Rural**, v. 26, n. 2, p. 17-36, 2019.

SILVA, Lucas Bento da. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no quilombo Cafundó – SP – Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 91-110, 2020.